



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA MOREIRA MATOS

**O COTIDIANO DOS MORADORES QUE VIVEM ÀS MARGENS DO  
CANAL DO BAIRRO DE ANTONIO BEZERRA NA CIDADE DE  
FORTALEZA-CE**

FORTALEZA - CE  
2018

MARIA MOREIRA MATOS

O COTIDIANO DOS MORADORES QUE VIVEM ÀS MARGENS DO CANAL DO  
BAIRRO DE ANTONIO BEZERRA NA CIDADE DE FORTALEZA-CE

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes

FORTALEZA - CE  
2018

MARIA MOREIRA MATOS

O COTIDIANO DOS MORADORES QUE VIVEM ÀS MARGENS DO CANAL DO  
BAIRRO DE ANTONIO BEZERRA NA CIDADE DE FORTALEZA-CE

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Ms Virzângela Paula Sandy Mendes (Orientadora)  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof. Ms. Francisco Antonio Ferreira de Almeida  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof. Esp. Francisca Emmanuella Saraiva Martins  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

A Deus primeiramente.

Aos meus filhos e genro pelo apoio incondicional, aos moradores do canal e de pessoas que indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar força, coragem, e perseverança para superar as dificuldades financeira, emocional e as que encontrei na trajetória acadêmica, mesmo com a minha teimosia. Foi nele que me amparei quando fui afastada injustamente do meu campo de trabalho, o que me abalou muito, e por acreditar nele, consegui ir até o fim e conquistar o espaço que é meu de direito.

Agradeço as boas amizades estabelecidas no decorrer dessa caminhada, aos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desse sonho.

Agradeço também a minha orientadora Virzângela Paula Sandy Mendes, pelo seu jeitinho “gentil” de me convencer a não desistir da minha pesquisa, quando eu não sentia mais vontade de ir a campo realizá-la, e por ter me dado a honra de ser sua orientanda.

Ao corpo docente da Faculdade Ratio.

Ao melhor porteiro que já conheci Sr. Aureliano, pela sua recepção com muita simpatia diariamente.

À minha família, que mesmo não acreditando que eu fosse até o fim, de alguma forma me incentivava a não desistir desse sonho.

Às minhas supervisoras de estágio, Eliane e Gerlana, Assistentes Sociais do Fórum Clóvis Beviláqua e a Ana Paula, Assistente Social do Hospital Municipal de Pacajus, que contribuíram com a minha formação profissional no período de estágio.

À participação do Residencial Henrique Jorge pelo incentivo durante a realização da minha pesquisa para este trabalho.

A todos e, principalmente, aos que torcem por mim, o meu muito obrigado!

Daqui não saio, daqui ninguém me tira, onde é que eu vou morar? O senhor tem paciência de esperar! Inda mais com quatro filhos, onde é que eu parar?"(Daqui não saio - marchinha de carnaval, 1950- gravação: Grupo vocalista Tropicais. Enredo de escolas de sambas no carnaval)

## RESUMO

Embora o acesso à moradia seja um direito constitucional, estudos revelam que muitos não têm este direito respeitado. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender como é o cotidiano das pessoas que vivem as margens do canal do bairro de Antônio Bezerra, na cidade de Fortaleza - Ce. Complementando esta análise propomos como objetivos específicos: compreender os significados de moradia para os habitantes do canal; conhecer o que os moradores do canal alimentam como projeto de vida e identificar quais as possíveis dificuldades no acesso às políticas públicas de habitação. A proposta é mostrar a invisibilidade por trás do cotidiano e da pobreza a que são submetidos os moradores que vivem às margens do rio Maranguapinho, na altura do bairro de Antônio Bezerra na cidade de Fortaleza - Ce. Este estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa. Através de entrevista semiestruturada com moradores antigos do canal foi possível captar os objetivos desse estudo. Os dados coletados mostram que todos os entrevistados, que ali habitam, vieram para o canal por falta de moradia, e continuam na mesma situação, não só pela desigualdade, mas também, pela má distribuição de renda e descumprimento do governo, com relação aos seus direitos básicos, como está previsto no art. 6º da Constituição Federal Brasileira que também inclui moradia. Além disso, também foi possível perceber que os moradores do canal do Antônio Bezerra não possuem acesso às políticas de habitação voltadas para o seu perfil.

**Palavras-chave:** Moradia. Políticas de habitação. Projetos de vida.

## ABSTRACT

Although access to housing is a constitutional right, studies reveal that many do not have this right respected. In this sense, the present work aims to understand the daily life of the people who live along the banks of the Antônio Bezerra neighborhood, in the city of Fortaleza - Ce. Complementing this analysis we propose as specific objectives: to understand the meanings of dwelling for the inhabitants of the channel; to know what the residents of the canal feed as a life project and to identify the possible difficulties in accessing public housing policies. The proposal is to show the invisibility behind the quotidian and the poverty to which the residents living on the banks of the Maranguapinho river, at the time of Antônio Bezerra neighborhood in the city of Fortaleza - Ce. This study was developed through bibliographical and field research, with a qualitative approach. Through a semi-structured interview with the old residents of the canal, it was possible to capture the objectives of this study. The data collected show that all of the interviewees who live there came to the canal for lack of housing, and they remain in the same situation, not only due to inequality, but also because of the poor distribution of income and basic rights, as provided in art. 6th of the Brazilian Federal Constitution which also includes housing. In addition, it was also possible to notice that the residents of the Antônio Bezerra canal do not have access to housing policies focused on their profile.

**Keywords:** Housing. Housing policies. Life projects.

## LISTA DE FIGURAS

Imagem I - Início das invasões as margens do canal .....	22
Imagem II - Casas as margens do canal recente (2018) .....	23
Imagem III - Ponte de madeira sobre um dos trechos do canal .....	24
Imagem IV - Nova Ponte de Concreto .....	25
Imagem V - Limpeza Anual do Rio .....	26
Imagem VI - Imagem de Uma comunidade periférica .....	38
Imagem VII - Prédio Público .....	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos Entrevistados .....	29
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

APP - Área de Preservação Permanente

CF - Constituição Federal

COHAB - Companhia de Habitação

DESCONEIE - Departamento de Indústria da Construção da FIESP

FJP - Fundação João Pinheiro

FNA - Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas

HABITAFOR - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SDLR - Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional.

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TRAD. – Tradutor

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. O TRAJETO DA PESQUISA</b> .....	18
2.1. A definição do objeto .....	18
2.2. Adentrando ao campo de pesquisa .....	21
2.3. Os sujeitos participantes e a chegada ao canal .....	26
<b>3. HABITAÇÃO COMO DIREITO</b> .....	32
3.1. A trajetória das políticas de habitação no Brasil .....	32
3.2. As comunidades precárias o acesso as políticas públicas .....	36
<b>4. OS SIGNIFICADOS DE MORADIA A PARTIR DOS RELATOS DOS MORADORES DO CANAL DO ANTÔNIO BEZERRA EM FORTALEZA-CE ....</b>	43
4.1. A vida dos moradores do canal .....	43
4.2. Os projetos de futuro dos moradores do canal .....	48
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54
<b>APÊNDICE</b> .....	56
<b>ANEXOS</b> .....	57

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal vigente, a moradia está entre os direitos sociais mínimos do cidadão. No entanto, atualmente a habitação continua sendo um dos principais problemas sociais do Brasil. Vale lembrar que não basta apenas ter uma moradia, mas sim, uma moradia digna que possa atender as necessidades básicas dos cidadãos, dentre elas: segurança, proteção, água, energia elétrica e saneamento básico.

Ainda como subscrito, com a Constituição Federal de 1988, o Estado deve promover programas de habitação e saneamento básico como meta de melhorar a condição de vida dos sujeitos vulnerabilizados socialmente, que vivem em locais inadequados e insalubres. Segundo a Política Nacional de Habitação, no Brasil, milhões de famílias estão excluídas do acesso à moradia digna.

Dando continuidade às reflexões acerca da CF/88, no seu Art.6º, o mesmo cita que, “a moradia é um direito básico, garantido por lei, e dever do Estado”. No entanto, as ocupações irregulares em Área de Preservação Permanente (APP)<sup>1</sup>, é uma realidade na cidade de Fortaleza, embora essa problemática atinja vários estados do país.

A escolha em fazermos a análise do cotidiano dos moradores do canal do bairro do Antônio Bezerra, às margens do rio Maranguapinho na cidade de Fortaleza - CE se deu pela proximidade com nossa residência, que se localiza vizinho ao canal.

Os projetos criados pelo governo, no combate a essa ocupação ilegal, não é suficiente para sanar as necessidades das pessoas que moram nessa área, devido à lentidão e a burocracia com que são implantadas. A falta de uma fiscalização mais contundente, na intenção de viabilizar o acesso desses indivíduos com equidade, e que não engloba a todos que estão vulneráveis, acaba por tragá-los pela miséria, que é uma crescente rápida e descontrolada.

De acordo com o Departamento de Indústria da Construção da FIESP (DESCONEIE), no ano de 2014, o número de famílias que moram em domicílios precários ou coabitam com outros, teve redução de 740 mil entre 2010 e 2014. O déficit habitacional, calculado com base na metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP), foi de 6,198 milhões de famílias, contra 6,941 milhões em 2010. No período, a queda do déficit habitacional foi de 2,8% ao ano. O déficit habitacional aumenta com a recessão, o gasto excessivo com aluguel em tempos de

---

<sup>1</sup> Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações

recessão somado ao encolhimento do setor de construção civil e do programa minha casa minha vida, nos últimos dois anos, deve avançar o déficit habitacional no país.

Segundo Havey (2009), no Brasil, a população concentra-se nas cidades, em que ocupam espaços de produção, acumulação do capital e reprodução da vida social, migração esta, que se dá a mais de 60 anos, ocorrendo primeiramente entre o norte e sul, e depois no êxodo do campo para as cidades.

A partir daí, podemos observar o alto índice desse movimento migratório, de pessoas que moravam em cidades interioranas para as diversas capitais do país, e ao chegarem às cidades grandes, geralmente vão morar de aluguel nas periferias, devido a sua condição financeira, pois é na periferia que a maior parte desse grupo encontra abrigo, e ou, imóveis que condizem com sua condição financeira, ocorrendo um aglomerando nos bairros periféricos.

Antunes (1998), afirma que o processo de reprodução da vida social ocorre de forma profundamente desigual, transformando a cidade num lugar de especulação financeira e imobiliária, com os bens comuns sujeitos a regras de mercado. O mesmo acrescenta que existe precariedade das condições de moradia nas periferias, na qual podemos encontrar a apropriação desigual do espaço, o desemprego estrutural, as precárias relações de trabalho, a pobreza, a violência urbana que alimenta o medo e a insegurança, sem falar na devastação ambiental.

Ressaltamos que as cidades são espaços de construção de direitos. E desse modo, podemos perceber algumas conquistas, como o marco legal do Estatuto da Cidade<sup>2</sup>, que:

Defende cidades justas e igualitárias, sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação sexual, política, religiosa, e garantindo o direito a participação popular e emancipação dos habitantes, este estatuto é resultado da luta dos movimentos sociais e de setores da sociedade civil, compromissados com a perspectiva da construção de uma nova ordem societária. (BRASIL, 2001)

Entretanto, a dura realidade dos centros urbanos apresenta uma grande parcela da população, residindo ou sobrevivendo nas encostas ou margens dos rios. Essas ocupações são resultantes de uma série de fatores, como: o crescimento desordenado da população; a inexistência de políticas públicas consistentes e continuadas, visando à concessão de moradia

---

<sup>2</sup> “Art. 1º - Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. **Parágrafo único.** Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. (BRASIL, 2001)

para a população de baixa renda; a falta de áreas urbanizadas acessíveis aos pobres; e, a omissão do poder público que permite a ocupação.

Assim, a cada dia surgem novas comunidades vivendo em áreas de risco, num processo de expansão informal, sem controle, sem qualquer participação do governo ou suas instâncias administrativas.

O rio Maranguapinho é o maior rio afluente do Ceará. Nasce na serra de Maranguape, e cruza os municípios de Maranguape, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia. Tem um percurso de 34 km, em toda sua extensão com 51 áreas de risco e cerca de 60 mil pessoas morando nas suas margens.

Em Fortaleza cerca de sete mil pessoas vivem nas margens do rio Maranguapinho. O mesmo estende-se na zona leste da região metropolitana de Fortaleza, numa das áreas mais pobres e com maior densidade populacional, correspondendo a diversos bairros, dentre eles: Quintino Cunha, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Genibaú, Henrique Jorge, Conjunto Ceará, João XXIII, Bom Sucesso, Granja Portugal, Parque São José, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira.

A população pesquisada vive às margens do rio Maranguapinho, no bairro de Antônio Bezerra, e fazem parte de um grande projeto de urbanização do Governo do Estado. As famílias que ocuparam a Área de Preservação Permanente (APP) sofrem com os alagamentos que ocorrem nos períodos chuvosos, em que perdem os seus pertences. Ademais, ainda são expostas a doenças provocadas por excrementos de ratos, águas sujas e poluídas, convivendo no meio do lixo acumulado, descartados pelos próprios moradores por ignorância ou falta de opção, assim como, já aconteceram inúmeros casos de afogamento e desaparecimento, principalmente, de crianças.

Sabemos que o canal do Antônio Bezerra faz parte de uma Área de Preservação Permanente, em que existe a necessidade de conservação para manter a biodiversidade, minimizar os impactos ambientais sobre o recurso hídrico e assegurar o bem estar do homem. A moradia nestes locais é imprópria, precária e oferece risco aos seus moradores, os quais serão analisados no decorrer deste trabalho.

A Prefeitura de Fortaleza com o intuito de minimizar essa problemática lançou o projeto Habitafor e o projeto rio Maranguapinho pelo Governo do Estado, em uma parceria entre Município e Estado desde 19 de março de 2015, por perceberem a carência de 82.439 unidades habitacionais.

De acordo com a Secretaria das Cidades, o projeto Áreas de Preservação Permanente (APP), previu a retirada de 12.275 famílias da grande área, em que seriam 6.402 reassentadas

e outras 5.873 indenizadas. Até o presente, 3.046 seguiram para novas moradias e 2.891 receberam indenização, alegando que a problemática está no ritmo apresentado entre as partes, ou seja, as obras são lentas e a pobreza cresce na velocidade da luz, segundo matéria do site do Diário do Nordeste<sup>3</sup>.

Essa lentidão apontada pelo Diário do Nordeste traz várias consequências para a população que vive às margens do rio, entre eles é o de que as famílias se ampliaram com o nascimento de novos membros, os filhos que cresceram e alguns agregaram outras pessoas à família através do casamento, da união estável ou parente que residia no interior e veio a migrar para a Capital, por acreditar que existe uma facilidade maior que no interior do Estado. Essa lentidão nos projetos acaba por dificultar a vida dessas pessoas nos locais onde vivem ou sobrevivem.

Observamos que as políticas públicas não são suficientes para poder alcançar a aceleração da pobreza e da população vulnerabilizada socialmente. Necessita-se que haja um compromisso por parte das autoridades responsáveis, e boa administração dos recursos públicos voltados para essas demandas, ou melhor, sabe-se que os recursos existem, mas a disponibilidade e o repasse não obedecem ao modelo orçamentado de modo a atender a real necessidade da população. (MARICATO, 1999)

O presente trabalho tem relação direta com as experiências empíricas da pesquisadora e com o estudo exploratório, que segundo Gil (2008, p. 43), é através dele que:

É possível proporcionar um conhecimento teórico e ao mesmo tempo empírico sobre determinado assunto, para assim poder auxiliar na pesquisa, procurando formular os problemas mais precisos e assim poder aproximar os agentes que estão envolvidos na pesquisa.

Considerando o objeto a ser estudado, podemos informar que de início, utilizamos a abordagem de natureza qualitativa. Que segundo Minayo (2001, p. 18), afirma que:

A pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares, se preocupando, nas ciências sociais, como um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo dos significados, crenças, valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.

Ao iniciarmos a pesquisa, se fez necessário à utilização da pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com base em material já elaborado, como: livros, artigos científicos e sites confiáveis como Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Como aponta GIL (2008, p. 87), “parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográfica, assim

---

<sup>3</sup> Disponível em [www.diariodonordeste.verdes.com.br](http://www.diariodonordeste.verdes.com.br), acessado em 18/09/2017.

como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo”.

Corroborando com Gil (2008), segundo Fonseca (2002, p. 32), este enfatiza que:

Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Com base no citado, escolhemos pesquisar três categorias analíticas: políticas públicas de habitação, projetos de vida e o cotidiano. Para essas categorias, utilizaremos como referencial teórico os seguintes autores, respectivamente: Santos (2012), Certeau (1998); Oliveira e Sgarbi (2007); Bonduki (1994), Pequeno (2008), Ledoux (2008), Moricato (1998); Carleial e Lima (1991), Kovarick (2015), Sachs (1999), Borges (2012) dentre outros autores.

Os sujeitos participantes da pesquisa são membros de famílias que moram às margens do canal, cadastrados ou não, na política de habitação da cidade. A aproximação com esses sujeitos se deu por meio de sondagens e observações nas visitas a campo, em que através das conversas informais com as famílias que residiam há mais tempo às margens do canal, pudemos coletar informações que ampararam nosso estudo. A partir da observação, pudemos perceber e nos aproximar da realidade e do cotidiano das pessoas que vivem nessa região.

De acordo com Marconi (2003, p. 89), “a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”.

A pesquisa de campo, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 186):

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Informa-se neste, que a coleta de dados se deu por meio de observações e entrevista semiestruturada. Quanto à entrevista semiestruturada, Gil (2008, p.120), aponta que a mesma, “[...] apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do curso”. Por ser mais flexível junto ao objeto de estudo, não precisa seguir uma ordem, a entrevista acontece de forma espontânea, facilitando a dinâmica da investigação e na coleta de dados a serem analisados.

As entrevistas aconteceram na casa das famílias, após as visitas exploratórias, agendadas de acordo com a disponibilidade dos participantes. Foram realizadas 05 (cinco)

entrevistas. Realizamos previamente o contato e a solicitação da permissão dos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que assim, os participantes fossem resguardados de quaisquer transtornos na publicação de suas informações.

Acerca dos aspectos éticos em relação à pesquisa como aponta a Resolução 510/2016, no ato da entrevista o sigilo e o anonimato das pessoas que foram entrevistadas será mantido, para garantir a integridade de cada indivíduo pesquisado, obedecendo às normas de acordo com a resolução e após o consentimento do participante de forma consciente e livre, e informando que se desejassem desistir da pesquisa a qualquer momento estariam livres para fazê-lo. Lembrando que a ética é imprescindível, pois implica o respeito para a dignidade humana e a proteção devida aos participantes.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo mostramos como se deu a aproximação com o campo de pesquisa, relatando todos os procedimentos tomados em determinado tempo, a aproximação com a pesquisadora e a realidade enfrentada pelos moradores do campo pesquisado, apresentando todas as dificuldades e trajetórias.

No segundo capítulo abordamos a habitação enquanto direito, como aponta o art. 6º da CF/88. Neste capítulo, apresentamos como as políticas de habitação vêm sendo aplicadas na realidade brasileira, as histórias dos sujeitos que afetados pela desigualdade social não possuem e nem usufruem desse direito, bem como, verificamos as políticas públicas que os moradores acessam e suas necessidades e dificuldades.

No terceiro e último capítulo, apresentamos os significados de moradia a partir dos relatos dos próprios moradores do canal do rio Maranguapinho no bairro de Antônio Bezerra em Fortaleza - Ce, analisando como esses significados estão colocados na política de habitação, assim como, estes se percebem dentro das políticas públicas, para compreender como são elaborados seus projetos de futuro.

## 2. TRAJETO DA PESQUISA

### 2.1. Definição do Objeto

O presente trabalho foi escolhido a partir do primeiro dia de aula da disciplina de Introdução ao Serviço Social, na qual foi ministrada pela Mestre Virzângela. A mesma nos instigou a pensar em um tema que nos tocasse, e embora tenha sido apenas um comentário da mesma, eu<sup>4</sup> fiquei pensativa sobre. Então, a partir daí me veio a mente os moradores do canal do bairro Antônio Bezerra, que fica próximo a minha residência.

A partir desse pensamento, pude trazer a memória alguns fatos que ocorriam no canal, e expor toda a minha indignação, pois no fervor dessa, cheguei a tecer comentários na sala de aula de que a minha vontade era a de matar aquele povo, devido a minha insatisfação com vários acontecimentos e episódios desagradáveis que ocorreram.

Resolvi ir adiante com essa construção, que mesmo lenta, semestre a semestre, e que pensei em desistir durante o ano de 2016 quando cursava a disciplina de Pesquisa I. Despertei para o aprofundamento na disciplina de Pesquisa II, quanto vivenciei os Movimentos Sociais, entre aulas de campo, museu histórico e de fotografias, visita de campo em assentamentos, reservas indígenas, estudos e observações em campo, decidi que minha pesquisa seria voltada para os moradores do canal. De certa forma, pude perceber a inércia de minhas ações em não ter feito o meu papel de vizinho destas pessoas, enquanto cidadã e cristã. Tal fato me assustou, mas me deu um ímpeto maior para prosseguir.

Na disciplina de TCC I em 2017.2, novamente com a professora Virzângela, agora como orientadora, a pesquisa passou a trilhar um caminho nítido e desafiador, pois a falta de tempo devido ao horário de trabalho (noturno), não facilitava a expansão desta; no entanto, a orientação e auxílio que me foi dada, contribuíram para e, na construção desse estudo, o que lhe serei sempre grata.

Ao expor minha mudança e a dúvida assustadora em dar continuidade com esse tema, recebi o apoio inexplicável de nossa orientadora, que com muita tranquilidade no processo de orientação, me explicou que a mudança é normal, pois por se tratar de uma pesquisa viva, eu poderia sair do que estava programado e que o estudo era uma construção que a qualquer

---

<sup>4</sup> Peço licença ao leitor para neste capítulo do projeto para usar o verbo na primeira pessoa, por se tratar da minha aproximação com o objeto e inserção em campo.

instante poderia me surpreender, o que me levou a escrever o fato nesse estudo.

Acerca do citado, Paes (1993, p. 113), relata que:

A própria natureza do ato de perguntar expresso nas interrogações atrás formuladas abriu caminho a possíveis respostas. É que toda a pergunta é um buscar. É como etimologicamente método significa caminho e com o caminho se faz ao andar, o método que nos deve orientar é esse mesmo: O de trotar a realidade, passear por ela em deambulações vadiar, iniciando-a de uma forma bisbilhoteira, tentando ver o que nela passa mesmo quando “nada se passa”. Nesse vadiar sociológico, como se adivinha, importa fazer da sociologia do cotidiano uma viagem e não um porto. (Nas rotas do cotidiano).

Diante desse desafio decidi seguir com a temática e, enquanto pesquisadora incansável e corajosa, obter respostas para a construção desse estudo. O que ocorre é que tanto eu, quanto todos os vizinhos, Estado e sociedade, estavam negando a essas pessoas o respeito, e isso não começou por nós, é um sentimento que transpassa o tempo e, por isso, só gera o aumento de uma situação em que a precariedade, miséria e sofrimento destas pessoas que vivem na informalidade, baixa renda, ou nenhuma renda, como queira defini-las, tem seus direitos básicos negados pelo Estado, assim como, a falta de reconhecimento da sociedade e a negligência do governo que não toma uma medida de erradicação dessa problemática, preocupando-se com iniciativas evasivas e curativas, mas não resolutiva.

Como vizinha deste canal desde 1997, me aborrecia com o fato de sempre que as chuvas vinham um pouco mais fortes, tinha que desligar a energia de minha casa, para nos prevenir do risco de choque elétrico, pois por ali existem diversas ligações clandestinas, havia risco de morte para todos nós, visto que alagava tudo. Essa situação era desesperadora, pois meus filhos (pequenos na época), não conseguiam dormir. Era um sufoco! Triste em lembrar! Ficávamos um abanando o outro, devido o calor e a quantidade de muriçoca, pois geralmente isso acontecia à noite.

O que eu escutava acerca dessa situação, era que o governo dava as casas para que os moradores saíssem desse ambiente, mas que muitos vendiam essas casas por “mixaria”, e voltava para o canal, o que causava em mim, mais indignação. Questionava-me, como alguém pode preferir morar em tal situação, em vez de ter sua moradia tranquila, com mais conforto para os filhos?

Numa determinada noite choveu muito forte e, na madrugada, que costuma ser o horário mais perigoso, pois as pessoas estão dormindo, rapidamente formou-se uma enchente de proporção devastadora! Em minha casa, ficamos bastante assustados, pois quem nos conhece sabe o pavor que é um dia de chuva forte para nós. Esta situação chamou a minha atenção e resolvi ver de perto, como estavam os outros moradores após a chuva dar uma

amenizada.

Neste instante, não vi nada além de uma imensidão de água, muro caído, pois o nível da água subiu até a metade deste. Apareceu reportagem, pessoas dos bairros vizinhos, curiosos, alguns políticos e defesa civil. O canal rompeu barreira e abriu buracos nas principais vias de acesso, que felizmente, não houve registro de morte, mas foi chamado pelos moradores como um dilúvio!

Não disponho da data exata desse acontecimento e não encontrei relato acerca desse assunto na internet, pois a chuva mais recente e desastrosa como a anterior aconteceu em 19 de março de 2017, e constam informações em vídeo no site You tube. Como mostra na reportagem, desabaram três casas, abriram-se barreiras e ficamos sem acesso. Ressalto que, por ser uma área baixa, não é necessário um grande volume de água para causar alagamentos e o trânsito ficar caótico nas linhas que ligam o bairro de Antônio Bezerra e adjacências.

Após essa calamidade os moradores do canal costumam ir de casa em casa nas proximidades pedir ajuda, e o que conseguiam servia, pois haviam perdido tudo.

Não conseguia aceitar a ideia, de que aquelas pessoas gostavam de estar ali. Ninguém escolhe morar mal, viver de migalhas, pedindo de porta em porta, ser visto por algumas pessoas como vagabundos, marginais, inúteis, lixo da humanidade, viver na incerteza de uma vida melhor, sem planos pessoais e familiares, se verá os netos; enfim, em vulnerabilidade total.

Relatei o citado, por entender que a leitura desse estudo possa esclarecer e fazer com que o leitor possa ter uma visão da vida real e das condições precárias em vivem esses sujeitos.

Durante a disciplina de Pesquisa II, dei o primeiro passo para a construção desse trabalho, pois precisava pesquisar e expor algo que me incomodava, que me instigava, para torná-la uma pesquisa que despertasse o interesse ou indignação a quem o lesse e, com todo o cuidado, respeito e cientificidade necessária para tornar esse estudo interessante e construtivo, por retratar uma história real, que trata de vidas e pessoas com sentimentos, mas desfavorecidas de oportunidades na vida.

Diante de tais questionamentos, me motivei a pesquisar o tema citado com uma inquietação que me oportunizou conhecer *in loco* a realidade vivenciada por estes moradores do canal, através das entrevistas e coleta de dados buscando respostas acerca dos motivos que os levam a residir em tais condições, quando alguns têm a oportunidade de ter uma casa e desfazem-se desta, para voltar ao canal.

A maioria das pessoas costuma julgar o contexto pela visão geral que têm de

determinada situação, baseando-se no achismo e no senso comum, o que pra a academia e para a pesquisa científica, não pode ser consumado antes de se definir a realidade; no entanto, após a vivência, aprendi a ter um olhar de pesquisadora em que precisei estranhar o que me é familiar, e ir à busca compromissada da ciência.

Através desse estudo, acredito que desperte em outros estudantes (por ser um fenômeno que melhora, mas ao mesmo tempo inacabável), um olhar atento para esses sujeitos e, que esses deixem a invisibilidade e passem a compor um grupo em que todos tenham e possam gozar de seus direitos, com possibilidades viáveis para o cumprimento de suas obrigações, deixando de ser apenas parte de uma estatística.

Para o profissional em Serviço Social, uma fonte de inspiração na busca de melhorias das políticas públicas habitacionais que contribuam em favor desses indivíduos, ou que possam melhorar as que existem, para que estas alcancem com mais velocidade, eficácia e eficiência, esse moradores do canal do bairro Antônio Bezerra, na cidade de Fortaleza/CE.

A sociedade é de fundamental importância no século XXI, pois é embasada e protegida pela Constituição Federal Brasileira, que impõem a aplicação de direitos básicos do cidadão, como: a moradia.

Ressalto, que a gratidão em adquirir conhecimentos dentro de uma profissão rica em ética e princípios, e que tem no ser humano, um olhar para além do contexto apresentado, que credita na ressocialização do indivíduo, independente do que ela possa parecer, e ter a condição de analisar todo um histórico anterior ao fato e, a partir desse, extrair o que é justo sem desistir do ser humano a partir de sua realidade, me levará sem qualquer discriminação, lutar sempre que for necessário para que a sociedade se torne justa e igualitária.

Torna-se relevante acreditar que os sujeitos desta pesquisa devem ser visualizados conforme a essência do Serviço Social. No tópico a seguir, relato acerca da inserção no campo de pesquisa.

## **2.2. Adentrando ao Campo de Pesquisa**

Como citado, o campo de pesquisa escolhido para realizar esse trabalho foi o canal do rio Maranguapinho que corta o bairro de Antônio Bezerra, com a intenção de conhecer um pouco mais a realidade dos moradores que habitam às suas margens e, que há anos vêm sofrendo com as enchentes, sem que haja uma conscientização para a remoção desses para um local decente, que mesmo com a existência de programas de habitação, muitos ainda não foram e nem serão contemplados.

Em complementação desse estudo, trago algumas imagens que remetem a realidade desses moradores, como será visualizado à frente.

Mesmo após as várias sondagens acerca desta pesquisa, decidi abordar os moradores do canal para saber através dos próprios, se poderia desenvolver esse trabalho com os mesmos, o que me levou a galgar mais um degrau em 2017. Cito que foi quando passei a visitar com mais frequência o campo e me aproximar do meu objeto de estudo.

Entendi que havia a necessidade de estar inserida no contexto diário, a fim de perceber como os moradores se relacionam com a vizinhança, onde costumam comprar ou ganhar alguma coisa, como se alimentam, etc.

Não tenho como expor imagens que remetam à época em que o local era um “um matagal pavoroso e perigoso”, que como os moradores costumam dizer: “quando só tinha o que não presta”.

### **Imagem I - Início das invasões às margens do canal**



**Fonte:** Site: <[www.bairroantoniobezerra.com.br](http://www.bairroantoniobezerra.com.br)><sup>5</sup>

A imagem mostra que no início a demanda era pequena e que com um pouco de interesse e boa vontade do governo, a saída desses moradores poderia ter sido mais fácil. Porém, a ocupação das margens se alastrou com muita velocidade e as políticas públicas não

---

<sup>5</sup> Essa foto foi encontrada na internet e tem aproximadamente 15 anos. A data exata em que foi tirada, não consta no arquivo.

acompanharam, por ter um processo lento, burocrático e desigual.

Atualmente, o número de famílias que habitam na área do canal do rio Maranguapinho é bem maior, o que pode ser visualizado na imagem abaixo:

### **Imagem II - Casas às margens do canal (2018)**



**Fonte:** Acervo da pesquisadora - registros da pesquisa de campo

As mudanças são perceptíveis, pois como ilustra a foto, foi construída uma ponte que dá acesso às duas margens. Ressalta-se que a mesma, foi construída pelos próprios moradores devido ao aumento das construções e, por conseguinte, de famílias que residem nessa situação.

Quando chove muito e o volume de água sobe, o rio enche e a água adentra essas primeiras casas que ficam com água na metade da parede e em outras não se vê nem o teto, mas felizmente, nenhum relato de morte foi coletado; porém, esses moradores vivem em alerta contínuo.

Na imagem II, que foi captada tempos depois do início da invasão, observa-se que não foram feitas muitas melhorias; contudo, percebe-se claramente, que o número de moradores do canal, aumentou consideravelmente, trazido pela falta de condições, por ter algum parente residindo no local e já instalados, por encontrarem-se desempregados e por migrarem do interior com o sonho de trabalhar e vencer na capital.

Não se sabe ao certo a data da imagem acima, mas a mesma apresenta as mudanças

arquitetônicas que ocorreram no decorrer dos anos; porém, a mesma mostra, que a insalubridade é constante, ou seja, nenhuma melhoria no saneamento básico foi executada.

Na imagem II, visualiza-se a ponte que dava acesso aos moradores do bairro Henrique Jorge ao bairro Antônio Bezerra, bairros em que o canal do rio Maranguapinho corre e, onde os posseiros formaram uma comunidade.

### **Imagem III - Ponte de madeira sobre um dos trechos do canal**



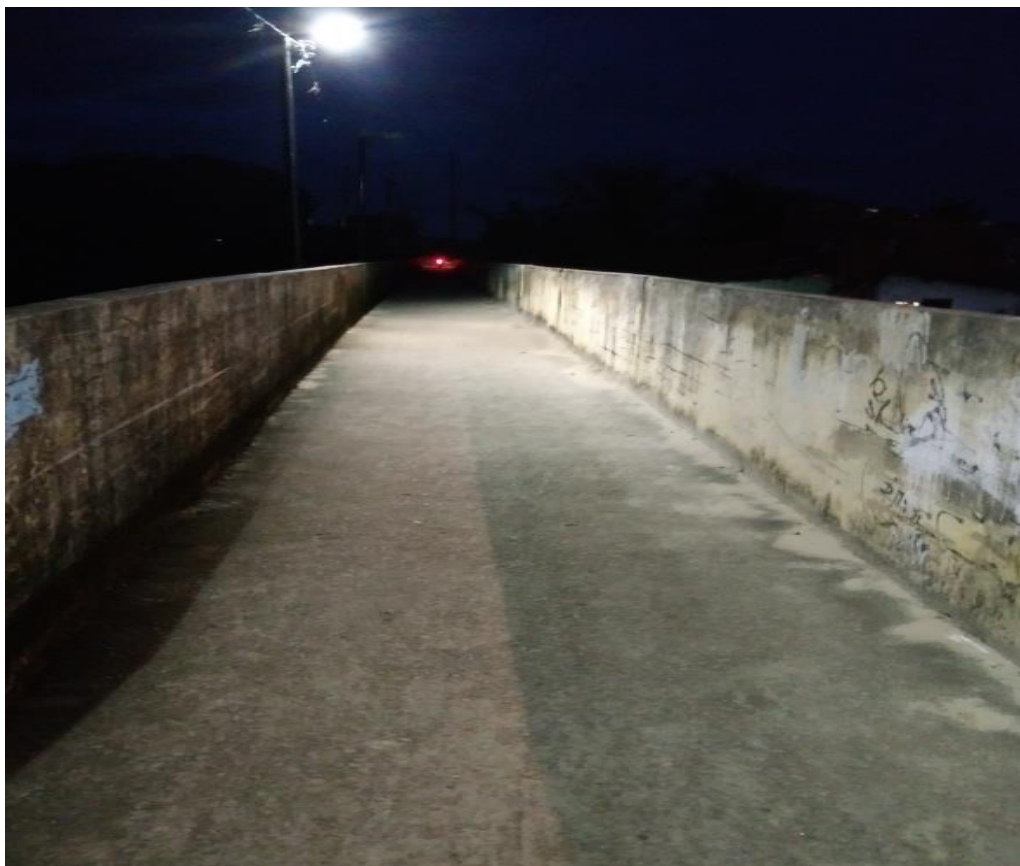
**Fonte:** Google Imagens

A imagem III apresenta uma das pontes ao longo do rio Maranguapinho, que sempre necessitava ser reparada por ter tábuas arrancadas e, os moradores tratavam de consertá-la pela importância que tinha para os mesmos. No entanto, em um determinado dia à noite essa ponte sumiu, “evaporou”.

Ninguém sabe como uma estrutura tão grande pode ter sumido sem que ninguém tenha visto, como foi relatado na época por vários moradores dos arredores, “ninguém viu nada”.

Por ser útil para o trajeto dos moradores de ambos os lados, e por ter bastante interesse dos proprietários e comerciantes dos dois lados, os mesmos receberam do governo subsídios para a construção de uma nova ponte que veremos a seguir:

#### Imagem IV - Nova ponte de concreto



**Fonte:** Registro da Pesquisa de campo

Fica visível a mudança na ponte, visto que a mesma foi construída em concreto, sendo esta, uma reivindicação dos moradores a Prefeitura de Fortaleza devido à necessidade da ligação entre os dois bairros, pois além de facilitar o comércio com a compra de mercadorias dos dois lados, o acesso à escola pelas crianças é essencial e, ademais, evita que a ponte desapareça novamente, sem que se tenha o menor sinal de como isso foi possível.

A construção da ponte trouxe melhorias e facilidade não somente para os moradores, mas a todos que residem nos arredores. No entanto, os moradores esperam mais melhorias como acesso a rede elétrica com iluminação das ruas e espaços públicos como praças, para que a comunidade disponha de lazer, o que sem esse equipamento e pela falta de recurso, faz com que haja insegurança e aumento da violência.

Anualmente, na quadra chuvosa, a Secretária de Infraestrutura de Fortaleza realiza a limpeza do canal como pode ser observado na imagem a seguir. Porém, a população não contribui para que o canal permaneça limpo, pois além do lixo doméstico, os mesmos

colocam sofá velho, cadeiras, etc. No entanto, de acordo com os moradores, esse lixo é colocado também, por pessoas advindas de outros bairros vizinhos.

### **Imagem V - Limpeza anual do rio**



**Fonte:** Google Imagens

É fato que a prefeitura executa essa atividade com o intuito de evitar enchentes e, conseqüentemente, o risco de uma tragédia maior com vítimas fatais, mas os residentes devem sim mantê-la. Essa limpeza é percebida pelos moradores como algo muito bom, que vem a melhorar as condições de vida. No entanto, é necessário que além dessas limpezas periódicas, sejam pensadas ações que intervenham de forma concreta na realidade e melhores condições da vida cotidiana dos moradores.

### **2.3. Os sujeitos pesquisados e a chegada ao canal**

Para que se identifique todo o contexto em que se insere esse projeto, foi feito todo um levantamento através de reconhecimento das áreas e registros fotográficos, empiricamente. Os cinco critérios utilizados para a escolha dos cinco sujeitos entrevistados para relatarem o cotidiano dos moradores que vivem às margens do canal do bairro de Antônio Bezerra no Município de Fortaleza - Ce, foram os seguintes: ser morador; ser filho de morador; ter idade acima de 30 anos; terem vivido no canal por pelo menos 20 anos, esse último foi essencial, pois quanto maior o tempo de residência no local, os mesmos tiveram condições para

responder com verdade os fatos ocorridos durante esse período até os dias atuais; e, por último critério, que tenham conhecimento acerca do cadastro feito em relação às políticas públicas de habitação, destinadas a eles neste período.

Todas as respostas dos sujeitos foram conservadas, preservando desde a forma de expressão dos próprios moradores, até mesmo suas indignações e sofrimentos, o que será percebido em seus relatos, nas palavras a dor e a tristeza, ao mesmo tempo em que eles transmitem o conformismo pela situação em que sobrevivem no amanhecer de cada dia; momento em que consideramos interessante por conservar a riqueza dos detalhes.

Em uma das visitas ao campo, foi conferido se seria possível findar a pesquisa, pois devido os confrontos de facções e a violência desenfreada que assola os bairros, cidades e estados do nosso país, percebe-se nesse fato, como faz diferença a inserção ao campo de pesquisa. Anteriormente, em outras idas ao campo, o diálogo não aconteceu de forma direta com os entrevistados, ou seja, foram visitas feitas com a intenção de fazer uma sondagem informal, as quais me proporcionou essa abertura para com os moradores, e a orientação de até que ponto poderia adentrar nos questionamentos. Dentro desse contexto, foi possível desenvolver um trabalho de qualidade e com mais desenvoltura.

Então, no dia 07 de março de 2018, já na condição oficial de pesquisadora, adentrei através de conversas, no aprofundamento da rotina e no cotidiano dos moradores entrevistados. Observar essa realidade proporcionou uma vivência rica e um desejo ainda maior, em acrescentar mais informações e vida a esse estudo.

Dentro dessa expectativa, inicia-se a seguir, a apresentação e caracterização de nossos entrevistados.

A primeira entrevistada é dona Lúcia, casada, 52 anos, veio de Quixadá – Ce, tem três filhos e, mas atualmente, mora com dois filhos, pois a única moça se casou. Sra. Lúcia relata que vivenciou duas enchentes grandes nesses 28 anos que moram no local, e cita o desespero que passou com seus filhos e marido, mas que não se arrepende de morar no local, contudo, segundo sua fala, “se tivesse condições eu me mudaria para outro local”.

A mesma nos fez o seguinte relato:

Só na época do Prefeito Juraci Magalhaes, que se interessou de ajudar a nós, comprando os lotes de terras próximos para dividir entre todos, acontece que o dono cresceu o olho no preço, e estragou a compra que já tava, quase tudo certo, para a prefeitura fechar o negócio. Só que o dono disse que a prefeitura era que queria compra muito barato o terreno. Foi então, que tivemos que nos juntar e decidimos criar uma associação e nomear pessoas voluntárias para ocupar os cargos que precisava para funcionar, e foi muito boa no começo, tinha grupo que se formaram várias vezes e foram até o gabinete do prefeito, e falaram que com certeza resolveria nosso problema. Ainda tiveram aqui com umas papeladas para nós assinar e cadastro

para receber uma casa, mais até hoje ainda tem gente esperando essas casas.

O segundo entrevistado é o Sr. Francisco Emanuel, 63 anos, veio de Maracanaú- Ce, o mesmo vive nas proximidades do canal a mais ou menos 28 anos, seu grau de instrução é o 4º ano primário (ensino fundamental), casado, tem uma filha e nos relata que, “quando eu cheguei aqui, fazia medo o matagal que se formava nos arredores do canal, minha vizinha mais próxima era apenas a senhora Benedita, conhecida por todos como Tibinha”, a mesma já é falecida.

A terceira entrevistada é dona Maria Margarida, com 48 anos, veio de Morada Nova - CE estudou até o 4º ano primário (ensino fundamental), chegou às margens do canal no final do ano de 1997, o que fará 21 anos que ela e sua família composta por esposo e três filhos (atualmente moram na mesma residência dois filhos e três netos), vivem no canal.

Todos moram às margens do canal, assim como dona Lourdes, que antes de mudar-se para o canal, a mesma relatou que morava no bairro de Antônio Bezerra, na rua: Rui Monte, nas casas do Tenente Almir, de onde teve que sair por dificuldade de honrar o pagamento do aluguel, mas que após conversar com uma sobrinha que mora em uma comunidade chamada, “Os Pompeu”, e que conseguiu sua casa por meio de invasões, a informou das invasões à margem do rio. Foi então, que “eu resolvi ver se dava certo para mim também e vim pra cá”, citando à margem do canal do bairro de Antônio Bezerra, local em que vive até hoje. Ressalto que o interesse em citar essa moradora, foi devido ao seu interesse em dar o seu depoimento; no entanto, a mesma não compôs um dos sujeitos entrevistados, apenas participou com sua rápida opinião.

O quarto entrevistado é o Sr. Carlos Jonas que chegou com 10 anos ao canal, acompanhado da mãe, dona Benedita (Tibinha), e atualmente está com 30 anos. O mesmo nasceu em Fortaleza - Ce, veio com sua mãe, estudou até a 5ª série. Após o falecimento de sua genitora, mora sozinho. Carlos nos conta que na sua infância a mãe o deixava trancado em casa para ir trabalhar, “mas às vezes, ela me levava junto para o trabalho dela, o que preferia né, e isso só foi bom pra mim porque me ajudou a ter boas amizades e conseguir emprego”. Atualmente, Carlos é empregado em uma barraca na praia.

O quinto e último entrevistado foi o Sr. José Francisco, 55 anos, casado, é filho de Fortaleza, mora com sua esposa e duas filhas nas proximidades do canal por mais de 20 anos, foi um dos representantes nas negociações para a construção da ponte entre os moradores do canal e o governo no papel de líder comunitário. O mesmo está à frente da Associação dos moradores do bairro de Antônio Bezerra.

A seguir, apresentamos um quadro com as principais características dos entrevistados.

**Tabela I: Perfil dos entrevistados**

<b>NOME FICTÍCIO</b>	<b>MARIA LÚCIA</b>	<b>FCO. EMANUEL</b>	<b>MARGARIDA</b>	<b>CARLOS JONAS</b>	<b>JOSÉ. FRANCISCO</b>
<b>IDADE</b>	52	63	48	30	55
<b>CHEGADA NO CANAL</b>	Há aproximadamente 25 anos	Há aproximadamente 28 anos	Há aproximadamente 21 anos	Há aproximadamente 20 anos	Há aproximadamente 20 anos
<b>MORA COM QUEM</b>	Esposo e dois filhos	Companheira e uma filha	Esposo, dois filhos e dois netos.	Sozinho	Esposa e duas filhas
<b>ESCOLARIDADE</b>	5º ano do fundamental	4º ano do fundamental	4º ano do fundamental	5ª ano do fundamental	Ensino médio completo
<b>PROFISSÃO</b>	Faxineira diarista	Autônomo	Costureira	barraca de praia	Funcionário Público (Líder comunitário)
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Aproximadamente um salário mínimo	Um salário mínimo	Aproximadamente um salário mínimo	um salário mínimo	Um salário mínimo e meio

**Fonte:** Pesquisa de campo.

Serão explanados a seguir, os motivos pelos quais os entrevistados foram morar no canal, assim como, seus relatos acerca da migração para uma área de vulnerabilidade e pobreza:

De acordo com relatos dos entrevistados acerca do motivo que os levaram a mudar-se para o canal, esses citaram que:

Eu vim de Quixadá pra cá, porque o aluguel já tava atrasado, achei que ia ser mais fácil viver. (LÚCIA)

Eu vim de Maracanaú, não tava podendo manter o aluguel em dia, já tava pagando de pedaço. (FRANCISCO EMANUEL)

Eu vim de Morada Nova, ou pagava o aluguel, ou botava o feijão na mesa. (MARGARIDA)

Eu vim com a minha mãe, do bairro vizinho. Não tínhamos onde morar e nem como pagar aluguel. (CARLOS JONAS)

Eu vim do bairro mesmo de Antônio Bezerra, tentar um pedaço de chão, sou Cearense da gema, mas o aluguel e alimentação acabavam o salário e o resto? Como pagar água e luz. (JOSÉ FRANCISCO)

O que se pode observar, é que não importa onde o indivíduo more, ou qual o seu grau de instrução e idade, é algo relativo, pois a pobreza é cruel, desesperadora e que qualquer um, pode passar por um momento desses na vida, assim como, alguns passam a vida toda.

O que motivou esses sujeitos a mudar-se para o canal é bem parecido, embora, existam imigrantes entre eles, no caso de quase todos os entrevistados, pudemos registrar através da coleta de dados que mesmo tendo sua procedência de lugares diferentes, os mesmos apresentam afinidade no que concerne aos mesmos motivos dos moradores que migraram dos bairros, ou seja, a falta de condições e dificuldade em manter o pagamento do imóvel (aluguel).

Diante dos vários relatos que surgiram ao longo das entrevistas, observei que existe, na maioria das vezes, especulação e preconceitos com os menos favorecidos, e que esses sujeitos percebem cruelmente o descaso para com o que eles representam, pelo simples fato de haver empatia nas pessoas e por não conhecerem o verdadeiro motivo que cada um deles teve para vir morar no canal, tentando sua casa própria e a sobrevivência, no intuito de proporcionar um pouco de dignidade a seus filhos e netos, pois como relatado, moradia é um direito básico do indivíduo, que deve ser garantido pelo Estado através de políticas públicas de habitação.

A realidade é que, para encontrar uma representatividade política que queira enfrentar o desafio de ajudar essa camada da sociedade que está na parte mais baixa na pirâmide do capitalismo desigual e cruel, não é fácil. Pois, sem ter como desacelerar o crescimento desta extrema pobreza, acaba por acelerar ainda mais, a vulnerabilidade em que vivem.

De acordo com as observações da pesquisa exploratória, conheci um pouco mais da comunidade e da situação dos moradores no canal, no que diz respeito às trajetórias e lutas dos moradores do canal. O líder comunitário afirmou que a associação é registrada e chegou a funcionar por um determinado tempo; no entanto, atualmente, se encontra fechada, por falta de voluntários. Relatou ainda, que existe um débito para ativar a associação, mas mesmo não sendo uma dívida impagável, o problema é que os moradores cansaram e desanimaram pela demora da contemplação das tão sonhadas casas.

Remeto aqui, aos pensamentos contraditórios no início da pesquisa quando não acreditei que poderia concluir a pesquisa nesse campo, devido à dificuldade na aproximação com o objeto de estudo, por vários motivos como: o mau cheiro, os riscos por ser estranha no meio deles, “xeretando” a vida deles. No entanto, a importância desse estudo e o contato com a realidade do campo e objeto da pesquisa me acalentaram, pois aprendi como é necessário darmos voz a problemas que ficam maquiados para a sociedade. Aprendi que a autoestima deve ser trabalhada para que a vida de cada ser possa ser diferente dentro de sua realidade,

que o ouvir, falar e dar um pouco de atenção ao próximo não nos custa.

No próximo capítulo será abordada a trajetória das políticas de habitação no Brasil como um direito de todos.

### **3. HABITAÇÃO COMO DIREITO**

#### **3.1. A Trajetória das Políticas de Habitação no Brasil**

Ao analisarmos a moradia digna como direito, podemos encontrar várias lacunas, pois a moradia carece de uma maior assistência do Estado para poder ser reconhecido como direito social. Ressaltamos que dispomos de rede de saúde, justiça, educação pública para a população de baixa renda mesmo que, precariamente, mas em se tratando de habitação, não existe a mesma preocupação lógica, pois a especulação imobiliária é um problema devastador para esses indivíduos.

No Brasil, para a população de baixa renda ter um teto não é tão complicado, pois quando se adquire ou ocupam um determinado terreno chamam amigos, familiares e logo iniciam a construção sem nenhum planejamento, e dentro de pouco tempo, seja qual for o tipo de material que utilizem, o sonho da casa própria é realizado, de qualquer forma, de acordo com relato da nossa entrevista 3 : “Eu vim através da minha sobrinha que mora nos Pompeu, lá também foram posseiros e ela me vendo desesperada por falta de condições de pagar o aluguel me deu essa ideia.”

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (2010), cerca de 80% das moradias são feitas nessas condições, é notório ao cruzarmos a cidade Fortaleza, visualizarmos várias dessas construções, principalmente na periferia, onde não há intervenção de arquitetos, engenheiros e outros profissionais. Essa realidade não é só nossa, do povo cearense, mas é um problema social em todo o país.

As habitações que deveriam ser algo planejado acabam por ser obra do imprevisto, pois essas construções, muitas vezes, trazem problemas tanto para o coletivo quando para o individual, são obras realizadas sem o diálogo com o planejamento urbano.

De acordo com a Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA), no Brasil por ano se formam 7,5 mil arquitetos, e mesmo assim, não há programas efetivos que incluam esses profissionais para atuarem nas construções em grande parte da cidade, isso é inadmissível, pois esse serviço é restrito apenas a população mais abastada. Sabe-se que o mercado para arquitetos e engenheiros é promissor, mas esses profissionais precisam ter uma maior aproximação da clientela que não tem condições. E assim, podemos afirmar que o direito a moradia digna depende do Estado para poder ser concretizado.

Segundo Cunha (2007), só através da abertura da política na década de 1980, a promulgação da Constituição Federal de 1988, a organização do terceiro setor, e com a aprovação do Estatuto da Cidade de 2001, foi possível dar maior visibilidade e assistência técnica para que o brasileiro pudesse construir sua casa de acordo com o seu sonho, e também poder tornar a moradia como direito. É o descaso com a habitação, que faz dela esse fenômeno recorrente, que melhora e não sessa.

Tendo em vista, que os sujeitos da pesquisa afirmam que estas políticas públicas de habitação estiveram pelo canal, e foram feitas inúmeras reuniões, encontros e cadastros, é fato, mas nunca tiveram uma resposta positiva acerca desse assunto. Ou seja, nada mais foi que uma espera frustrante para esses sujeitos que pela desigualdade e vulnerabilidade em que estão inseridos, tem na esperança um motivo a mais para a realização de seus sonhos.

Alguns poucos moradores foram contemplados com uma casa, o que não se estendeu aos demais; no entanto, os moradores contemplados não receberam até hoje as suas casas, ou seja, “ficou só no papel”, como relata nosso entrevistado 5.

Dentro desse contexto se faz necessário entendermos o significado de casa, de acordo com o Art. 5º, inciso XI da Constituição Federal de 1988, que define ser: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

De acordo com Cunha (2007), o direito a moradia no Brasil se deu no início no século XX, após o início da industrialização em São Paulo, que com as construções das fábricas, os operários, se organizaram e formaram uma luta de classe por melhorias de interesse coletivo, em que dentre as várias reivindicações incluíam-se a moradia para o operário e trabalhador.

A política de habitação do município de Fortaleza, de acordo com o site da prefeitura<sup>6</sup>, é composta por quatro programas, sendo eles melhorias habitacionais que:

Objetiva proporcionar condições mínimas de habitabilidade por meio da construção e reparos de banheiros e outras estruturas básicas do lar, além de promover o acesso e ampliar a rede de saneamento básico em áreas de risco, carentes e/ou ocupações consolidadas no município de Fortaleza.

Outro programa da política de habitação é o Programa de Locação Social, que funciona com a:

---

<sup>6</sup> Para ver na íntegra consultar o site da prefeitura municipal de Fortaleza no link <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/habitacao>. Acesso em: 28/05/2018.

Transferência mensal de recursos concedidos às famílias que se enquadrem nas situações previstas na Lei Municipal 10.328 /2015 e que não disponham de meios materiais para adquirir ou alugar moradia. A Lei é fruto de uma conquista popular e, desde a sua publicação, já foi formulada pela Prefeitura de Fortaleza por duas vezes<sup>7</sup>.

O terceiro programa visualizado, segundo site da prefeitura é o Programa Minha casa, Minha Vida, que:

Lançado em 7 de julho 2009, por meio da Lei Federal nº 11.977, objetiva promover habitação de interesse social para famílias de baixa renda, em situação de coabitação, vulnerabilidade social e com área de risco ou violência. A Prefeitura Municipal de Fortaleza atua na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que atende famílias com renda familiar de 0 a R\$ 1.800,00<sup>8</sup>.

O quarto programa é o de Regularização Fundiária que:

Trata-se de um dos eixos da Política de Habitação de Interesse Social, determinado pela Lei Federal 6.444. Promove a segurança patrimonial por meio da entrega do Termo de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), conhecido como papel da casa. O termo é registrado em cartório de ofício de imóveis e passa a constar na matrícula do imóvel, que garante à família o direito de permanência no imóvel, promovendo a segurança jurídica.

Mesmo com os vários projetos voltados para a habitação propostos pelo governo, o que nos parece claro é que nem todos eles abrangem os moradores das áreas de risco e de vulnerabilidade, devido ao perfil e de cada exigência para a inclusão, pois a falta de documentos pessoais dificulta a inclusão desses sujeitos em programas sociais.

Essa crescente na ocupação de áreas de risco efetivou-se devido a não fiscalização, ou seja, se no início providências tivessem sido tomadas quando as favelas deram início, a realidade seria outra. Estas por sua vez, de acordo com Braga (1995, p. 128), “surgiram em Fortaleza nas décadas dos anos de 50 e 60 com as favelas do Pirambu, Poço da Draga, Cinza e Lagamar, entre outras, em que foram as precursoras dessa forma de ocupação do espaço”.

Existem pessoas que vivem em uma pobreza absoluta, onde lhe falta o mínimo para sobreviver, como o próprio alimento. A pobreza pode ser entendida em vários sentidos, principalmente, como carência real, tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais.

Geralmente, quando se dá um passo em favor desta categoria, voltam-se dois para trás.

---

<sup>7</sup> Cf. Nota 3.

<sup>8</sup> Cf. Nota 3.

Em 1964, no ano em que foi instituído o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com o intuito de enfrentar o problema da moradia, começou a funcionar no Ceará a COHAB.

Durante o período da graduação em Serviço Social, pode ser entendido de acordo com os registros e fatos históricos que nos foram apresentados acerca dos registros dos nossos clássicos da literatura, que se intensificou com a nossa pesquisa, que para atingirmos um objetivo de grande proporção, ou de impacto coletivo, ou seja, para uma melhoria conjunta, deve haver um número de indivíduos engajados e dispostos a trabalhar para o bem e melhoria de todos, em que é necessário começarmos com uma organização e com a integração dos principais personagens envolvidos.

De acordo com Barreira (1991), este faz uma crítica relacionado ao problema das soluções sem a participação do indivíduo que vive no contexto do programa criado pelo governo, quando este vem instantaneamente dando a sensação de que vai resolver tudo, quando o interessado é quem organiza o programa, e não, para quem de fato vai vestir essa solução.

A respeito disso, Barreira (1991, p. 96), em suas reflexões cita que: “Do exposto, pode-se concluir que as principais decisões e também as formas e níveis de participação são definidas pelos planejadores do programa, sendo muito restrito o poder de deliberação dos mutantes. Essa é uma questão passível de críticas”. A autora faz essa afirmação ao introduzir a fala de um dos sujeitos que participou da pesquisa sobre as políticas sociais no Estado do Ceará, que dizia:

Esses programas sempre chegam de cima para baixo, e se não tiver liderança pra acordar a comunidade e dizer pra eles o que precisam discutir, eles terminam é atrapalhando o trabalho da comunidade. Esses programas tão chegando todo dia... e são coisas que não nascem do desejo da população sofrida do bairro, pra mim, são enlatados que veem de cima para baixo e que não passa por uma discussão profunda e termina não dando certo. (DEPOIMENTO DE LÍDER COMUNITÁRIO DO PARQUE GENIBAÚ<sup>9</sup>, APUD BARREIRA, 1991, P. 9)

Considerando essas reflexões, podemos compreender que só o próprio prejudicado poderá dizer com certeza o que é de verdade a mudança cabível para melhorar suas necessidades, por ser o protagonista da situação citada. O que se faz como um remendo emergencial que socorre no momento, mas não trata o que causa a tal fatalidade ou precariedade, não tem feito muito bem para a diminuição dessa desigualdade social.

Tendo isso em vista, os sujeitos desta pesquisa afirmarem que as políticas públicas

---

<sup>9</sup> Acreditamos ser importante deixar exposto que o Bairro Genibaú e a parte do Canal do Antonio Bezerra são próximos, o que pode caracterizar uma semelhança entre as expressões da questão social nestes locais.

estiveram no canal e que foram feitas inúmeras reuniões, abordaremos no tópico a seguir a questão do acesso às políticas públicas de habitação.

### **3.2. As Comunidades Precárias e o acesso às políticas públicas de habitação.**

Ao analisarmos a situação das pessoas que vivem em moradias precárias, é possível observar que se trata do retrato claro, de uma realidade despida da desigualdade social, representada neste pequeno trecho desta pesquisa, que é cada vez mais evidente nos quatro cantos da nossa cidade, bem como, do país.

Torna-se agressiva a necessidade e o dever de uma medida urgente para os que vivem em situação de pobreza extrema, é necessário o comprometimento dos que se encontram no poder, ter um olhar não só de igualdade, mas sim, equidade para essa situação, com intuito de resolver e não com medidas curativas e remendos mal feitos. É necessário o engajamento da população inserida neste contexto, para conhecer suas reais prioridades, o que o envolvimento voluntário entre comunidades seria o mais acertado.

Durante as primeiras visitas, demoramos a nos acostumar com o cheiro forte de esgoto, talvez urina e fezes, as crianças nuas e sujas sentadas no chão do piso de alguns barracos, do som alto que vinha de dentro de alguns barracos ou casas.

Dentro desse espaço observamos também, crianças fardadas, retornando da escola, de mãos dadas com sua mãe, ou na garupa de uma bicicleta, numa alegria que nos comovia, pois visualizar a capacidade dessas crianças sorrirem mesmo vivendo dentro de tanta pobreza, nos faz acreditar que tudo é possível desde que haja um comprometimento por parte de quem está à frente da política e governo. Tal comentário é apenas para imaginarmos como é viver neste contexto 24 horas, e que deixar de passar por lá, não vai ajudar esses moradores em nada!

Este trabalho é fruto de uma longa pesquisa que teve origem na curiosidade que tivemos em saber para quem, quantas casas e onde estava localizada a produção habitacional governamental em Fortaleza. Esta inquietação surgiu quando víamos na mídia, em conversas com vizinhos e mesmo no vai e vem do nosso percurso para o trabalho e faculdade, o ponto de vista sobre o assunto até mesmo da própria população, pois o indivíduo além de viver desgraçadamente, a culpa ainda é dele próprio! Como assim? E o direito a moradia e o dever do Estado, garantir esse direito? Cadê o órgão responsável por essa temática? A Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR (Prefeitura de Fortaleza).

Dentro dessa realidade, a urbanista Maricato descreve esse retrato pelo Brasil, tendo a desigualdade como principal causa do aumento da violência:

Com o novo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social previsto na lei espera-se agregar, além de mais recursos do OGU, recursos de Estados e municípios no esforço de somar subsídios que ajudem a oferecer moradias para os que estão engrossando e ampliando as favelas e os loteamentos clandestinos em todo o Brasil o que, neste começo de milênio, está longe de constituir uma minoria da população brasileira. (Algumas estimativas mostram que mais de 50% da população de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, São Luiz e Belém são ilegais.) Outra parte complementar a essa proposta diz respeito à política fundiária que, extremamente conservadora e arcaica, contribui para a escandalosa exclusão social em nossas cidades. Já há lei para avançarmos na construção de uma cidade mais justa e solidária: o Estatuto da Cidade, por meio da aplicação da função social da propriedade. Mas isso é tema para uma nova oportunidade. Sem essa construção não há como diminuir a desigualdade social. Até mesmo para o combate à violência em áreas sobre as quais o Estado perdeu o controle, essa proposta é fundamental. (MARICATO, 1998, P. 102)

Atualmente, o Governo do Estado tenta suprir a demanda habitacional na capital através da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR). Enquanto que a prefeitura trabalha nesse âmbito através da Fundação para o Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR).

A presente pesquisa fala sobre a pobreza urbana, uma vergonhosa paisagem que faz parte da geografia de várias cidades do país, que aqui apresentamos uma breve representação por meio das condições da habitação e de como é cotidiano dos moradores que vivem às margens do canal do bairro de Antônio Bezerra na cidade de Fortaleza - Ce.

Para tanto, buscamos, inicialmente, uma reflexão acerca dos significados da pobreza urbana, que de acordo com nossa pesquisa de campo e bibliográfica mostra que a pobreza urbana tem se intensificado na mesma proporção em que ocorre o desenvolvimento da urbanização dos municípios de cada cidade, no caso da nossa pesquisa, trata-se de Fortaleza no Ceará.

A questão está no não seguimento de um programa habitacional, que mesmo existindo levantamentos que apresentam todas as áreas de risco da cidade, essas mesmas não são ordenadas de acordo com a prioridade, ou seja, os projetos habitacionais não seguem uma determinada ordem, e como resultado dessa ineficiência ou falta de interesse são os conjuntos projetados para ontem e, sem nenhuma participação da comunidade.

No entanto, desde os tempos da COHAB<sup>10</sup>, o problema da habitação vem sendo trabalhado em caráter emergencial, seja para abrigar os desabrigados pelas enchentes, seja para não perder um financiamento que apareceu repentinamente.

Refletindo acerca de situações e condições precárias de habitação, trazemos a seguir

---

<sup>10</sup> Companhia de Habitação.

um trecho de uma carta da urbanista Ermínia Maricato, enviada ao prefeito eleito na grande cidade de São Paulo, no ano de 2015, cidade com uma das maiores concentração da pobreza, onde a mesma critica duramente o descaso com a população mais pobre e também dá uma sugestão para que todos os representantes eleitos pelo voto do povo, que com um pouco de boa vontade e um olhar com mais equidade na distribuição de verbas destinadas às necessidades da população, poderiam resolver sanar fácil a cruel desigualdade:

Dediquei mais de 40 anos da vida estudando política urbana e habitacional. Além das atividades acadêmicas, pude ocupar cargos públicos que me deram uma referência bem realista sobre os interesses e conflitos que envolvem o dia a dia de uma metrópole como a nossa. O apelo que faço é o de garantir o direito à cidade a um número maior de paulistanos. Isso implica em levar à cidade esquecida, a cidade ilegal, a cidade precária e periférica investimentos em infraestrutura: mobilidade, água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem. Cobre a Sabesp, cobre a Eletropaulo (esta deve melhorar a vergonhosa infraestrutura na distribuição da energia, inclusive no centro da cidade). Isto implica também em fazer a elite paulistana engolir (perdoe-me a radicalidade) projetos de habitação social nas áreas centrais de São Paulo onde os empregos se concentram. Existe uma equipe de profissionais fazendo um estudo sobre os edifícios vazios ociosos situados no centro de São Paulo. Quem sabe finalmente consigamos sensibilizar o judiciário, aplicar a Lei Federal do Estatuto da Cidade e promover moradias sociais na área central da cidade. (MARICATO, HERMINÍIA. 03/03/2016<sup>11</sup>)

Observamos que o trabalho de Maricato poderia ser o ponta pé inicial para uma intervenção em áreas como a que apresentamos na imagem a seguir; no entanto, não conseguimos perceber incentivos e a valorização de projetos e ações nesse aspecto, para a população que mora em áreas de risco, vulneráveis a acidentes e doenças.

### **Imagem VI - Imagem de uma comunidade periférica**

---

<sup>11</sup> Para conferir na íntegra a entrevista, consultar: <<https://erminiamaricato.net/page/1>>. Acesso em: 27/05/2018.



**Fonte:** Site de Erminia Maricato<sup>12</sup>

A imagem VI, é uma foto da favela a que a urbanista se refere, em seu artigo, que localiza-se na periferia de São Paulo, e que como esta, existem várias outras por todo o nosso país. É cada vez mais comum esse retrado, como se fosse uma coisa natural. Sabe-se que as políticas de habitação não conseguem abranger toda a necessidade da população.

### **Imagem VII - Prédio público**



**Fonte:** blog de Erminia Maricato

A imagem VII é de um prédio público no centro de São Paulo, completamente desocupado e em excelentes condições de moradia, que poderia ser um lugar de abrigo para

---

<sup>12</sup> Cf. idem.

muitas famílias que vivem em vulnerabilidade na periferia, mas não é interessante para a paisagem de uma cidade industrial desse porte, pois dividir espaço com pessoas pobres transitando entre executivos, com certeza não vai embelezar a propaganda direcionada ao crescimento, e para investimento da cidade.

A respeito da pobreza que observamos Kowarick (1983, p. 143), no livro “A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais” apresenta seu ponto de vista com relação à pobreza urbana, como visualizaremos a seguir:

Os processos espoliativos de base urbana, já bastante discutida por vários estudiosos, tornaram evidentes as consequências de expansão da cidade sobre o modo de vida que configuraram e configuram o habitante da periferia urbana (1). Além desse quadro estrutural amplo, expressão do que Castells (1974) denominou contradições urbanas, surgiram críticas às formas tradicionais de exercício do poder que tornava o objeto urbano, espaço privado de benefícios pessoais, haja vista as articulações com o capital imobiliário e a grandiosidade das obras com objetivos implícitos de promoção política.

Para que seja legitimado o direito descrito na Constituição Federal Brasileira de 1988, é necessário haver o que Bobbio já apontava quando dizia que é preciso ter boa vontade para que se cumpra o que exatamente está garantido na lei, marco importante na luta e na conquista de direitos humanos com a possibilidade de inclusão social, mas também, como forma de fazer, construída na busca permanente pela participação e pelo dialogo entre os poderes constituídos na busca permanente pela participação e pelo dialogo entre os poderes constituídos democraticamente e a população. (BOBBIO, 1999).

Ainda segundo Bobbio (1999), o constitucionalismo tem, na Declaração, “um dos seus momentos centrais de desenvolvimento e conquista que consagra as vitórias do cidadão sobre o poder”. O autor lembra que os direitos humanos podem ser classificados em civis, políticos e sociais.

Definir o que são direitos humanos não é tarefa das mais simples. Para alguns filósofos e juristas, os direitos humanos equivalem a direitos naturais, ou seja, aqueles que são inerentes ao ser humano. Outros filósofos preferem tratar os direitos humanos como sinônimo de direitos fundamentais, conjunto normativo que resguarda os direitos dos cidadãos, destacando que, para serem verdadeiramente garantidos, “devem existir solidários”.

Podemos observar que a trajetória da habitação indica que essa precarização vem de muito longe na história do nosso país, pois no período de 1964 a 2014, registrado nesta pesquisa, o que houve na habitação foram fragmentos de pouca relevância na melhoria para essa classe, não temos nos projetos políticos dos nossos governantes a habitação como a importância que devia ter, por ser um artigo constitucional, e que deveriam ser respeitadas, fora, as trocas destes gestores que quando termina o mandato, o que assume nunca dá

continuidade a projetos destinados a essa camada da população, e nem mantém os que já existem; essa é uma das muitas causas de cada vez mais famílias sem moradia, migrarem para a periferia e à beira de canal que é causada pela pobreza relativa, depois a absoluta, ou seja, a miséria. (JÉSSICA, et al., 2016)

O Artigo 6º da Constituição Federal reafirma o direito social à habitação, juntamente com a saúde, alimentação, educação, segurança, proteção à maternidade e à infância e a assistência para as pessoas em situação de pobreza.

Além disso, na mesma, em seu Artigo 21º inciso 20, o Governo Federal não só garante a habitação como um direito, mas também identifica o Governo Federal como o responsável pelo desenvolvimento urbano, classificado como habitação, saneamento e transporte urbano. No Artigo 23º inciso 19, a Constituição diz que os governos Federal, Estaduais e Municipais têm o poder de promover programas de construção e melhorias de habitação.

Acerca das políticas públicas, os únicos relatos que os moradores nos forneceram foram de que devido morarem em um trecho de uma APP, deveriam sair da lá, fazendo um cadastro para que fossem relocados para outra residência. O que nunca pode ser concretizado, de acordo com relato de nossa entrevistada Dona Margarida:

Eles vieram aqui com uma conversa bonita minha fia, que a gente ia sair daqui para umas casas ai. Mas até agora nem sinal de casa nem de nada. Eles só vieram aqui cadastrar a gente, só conversa afiada. Nunca mais voltaram e se voltaram eu não estava em casa, porque nunca vi, nem ouvi falar. E é isso, não dá para acredita que essas coisas para gente assim tão facilmente como pareceu ser.

Com isso, percebemos que os moradores não acreditam em uma resolução a curto e muito menos em longo prazo, pois segundo os mesmos, “a mudança de políticos atrapalha bastante” (Dona Margarida), o que é comum nas transições de governos. Outra política, se assim poder ser denominada, é a indenização dos moradores do canal para a construção de um viaduto para ligar o bairro Antônio Bezerra e adjacências, de acordo com relatos de Carlos Jonas. Este complementa dizendo que: “Eles disseram que minha casa está bem no limite, onde seria essa construção. Mas até agora não vi nenhum movimento e nem a cor do dinheiro. Espero que realmente saia um dia, assim eu compro minha casa e saio daqui”.

Uma política de habitação mais assertiva, é o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal que é:

Uma iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. Em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos, o programa vem mudando a vida de milhares de famílias brasileiras. É oportunidade

para quem precisa e mais desenvolvimento para o Brasil<sup>13</sup>.

Em relação a esse programa, o Sr. Emanuel relatou-nos que alguns fizeram o cadastro, no entanto, ainda não foram contemplados. Afirmo também, que acha um pouco desigual, pois conhece pessoas que sem perfil foram contempladas, e os moradores do canal, que estão dentro do perfil exigido, ainda não foram contemplados.

Podemos perceber que os moradores do canal ainda não possuem acesso e esclarecimentos de como os programas funcionam, e tampouco, acessam de forma concreta esses programas, o que pode fragilizar a mobilização destes por melhorias para a comunidade e o atendimento de seus direitos.

No capítulo seguinte, traremos a importância da moradia para os sujeitos da pesquisa a partir de seus relatos.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

#### **4. Os significados de moradia a partir dos relatos dos moradores do canal do Antônio Bezerra em Fortaleza - CE**

##### **4.1. A vida dos moradores no canal**

Nesse contexto, observa-se que os moradores migraram para essas condições no desejo em ter um teto e conseguir alimentar as suas famílias. Conforme apresentado, essa pesquisa é uma análise dos dados coletados com a participação de cinco sujeitos, por meio de entrevista e observação, momento em que registramos parte da dificuldade enfrentada pelos moradores do canal. Pois esses se configuram como os primeiros moradores da área desde a época em que “a mata alta cobria a maior parte do solo”.

É necessário compreender como o morador do canal lida com as condições estruturais e conjunturais, dessa maneira, precisamos conhecer o conceito de cotidiano, para atentarmos ao que no cotidiano se expressa.

Para isso, compreenderemos o cotidiano de acordo com Paes (1993, p. 107), como sendo, “[...] o que se passa todos os dias. [...] no cotidiano nada se passa que fuja a ordem da rotina e da monotonia. Então o cotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada se parece passar”.

O autor supracitado continua relatando em suas reflexões que, o cotidiano é como uma rota de conhecimentos, não sendo “uma parcela isolável do social”. Com efeito, “o cotidiano não pode ser caçado a laço como cavalga diante de nós na exata medida em que o cotidiano é

o laço que nos permite ‘levantar caça’ no real social, dando-nos inteligibilidade ao social”. (PAES, 1993, p. 111)

Quando é citada a palavra cotidiano, geralmente nos remete a impressão de rotina, ou seja, daquilo que costumamos fazer diariamente, e quase sempre no mesmo horário, no entanto, para Paes, o cotidiano, é como uma rota de conhecimentos, logo nenhum dia é igual ao outro, podemos fazer o mesmo trabalho todos os dias, mas com certeza, estes serviços serão prestadas a outras pessoas. Tudo é uma questão de ponto vista, em que a realidade não é o que ela aparenta ser, ou seja, como se o cotidiano fosse a rotina do dia a dia que descarrilham e saem dos “eixos”; enquanto a realidade em transformações se afasta cada vez mais desses conceitos.

Para Agner Heller (2000, p. 18), o cotidiano se expressam todos os sentidos e capacidades intelectuais. Para a autora, “a vida cotidiana é, em grande medida, heterogenia; e isso, sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e da significação ou importância de nossos tipos de atividades”.

Por outro lado, Certeau (2001, p. 19), afirma que:

É necessário ter em vista que o cotidiano também se faz de resistências, independentemente do contexto histórico os mecanismos de resistência são os mesmos, de uma época para outra, de uma ordem para outra, pois continua vigorando a mesma distribuição desigual de forças e os mesmos processos de desvio que servem ao fraco como último recurso, como outras tantas escapatórias e astúcias vindas de imemoriais inteligências, enraizadas no passado da espécie.

Observamos por essas palavras, como os moradores vivem e lidam diariamente com as situações estruturais e locais. Pensando nessa perspectiva sobre como se expressam essas resistências às condições postas aos sujeitos da pesquisa. Com outras palavras, observamos durante a pesquisa como os moradores resistem às condições fragilizadas as quais se encontram.

Segundo relatos de nossa primeira entrevistada, Dona Lúcia, a mesma cita que todo dia sai para trabalhar no mesmo horário e por ser horário de pico, diz: “às vezes eu vou no ônibus sentada, às vezes vou em pé. O pior é na hora de voltar pra casa porque a gente vem cansada”. Esse é um dos motivos para a mesma querer morar em um lugar mais perto dos bairros que costuma trabalhar, pois passaria menos tempo no ônibus, e conseqüentemente, o cansaço diminuiria e ao chegar em casa, faria as suas atividades com menos cansaço.

O Sr. Emanuel, disse que vai trabalhar “é de bicicleta porque se for esperar pelos transportes do bairro”, continua dizendo; “eu ainda vou é chegar atrasado, e gasto passagem”. Compreendemos que essa preocupação em não chegar atrasado ao trabalho, se assemelha ao

caso de Dona Lúcia, que normalmente trabalha longe de casa.

A terceira entrevistada Margarida relatou que: “Agora eu não dependo do transporte para trabalhar, porque recebo costura em casa, o dono vem deixar e vem buscar, e ainda peço ajuda mesmo”. Dona Margarida não costuma se deslocar para trabalhar e realiza poucas atividades fora de casa.

O quarto entrevistado, Carlos Jonas, tem uma preocupação diferente, pois como trabalha em uma barraca de praia, não pode chegar muito tarde. Dessa maneira, precisa sair cedo e nos relata:

Eu vou de ônibus, e tenho que sair cedo, que tem que comprar coisas para barraca e é cedo que tem as melhores, geralmente, eu consigo, quando vejo que vou atrasa, já fico preocupado, por que sou responsável pelo cardápio da barraca. Gosto de comprar cedo as coisas que vou precisa, não é tudo, mas sempre tem o que eu comprar.

O quinto entrevistado Francisco (líder comunitário), precisa se deslocar diariamente para a prefeitura e diz: “Eu sempre vou sim, de coletivo. Não posso deixar de dizer que é realmente cansativo, às vezes já chego ao trabalho cansado da viagem, geralmente o ônibus está lotado e a gente sempre vai em pé, mas o pior mesmo é voltar, morto já do trabalho e ainda vim em pé”.

Sobre a vida no canal e as condições em que vivem, para Dona Lúcia viver no canal hoje é melhor do que antes, não porque as condições do local melhoraram, e sim, porque a própria conjuntura melhorou para o pobre que segundo a mesma relata:

Depois dos anos 2000 muita coisa melhorou no Brasil. Apesar de viver de faxina em casas de diferentes bairros, que praticamente é toda a renda da minha família, já que meu esposo trabalha com reciclável, e já este calejado e a saúde comprometida, tenho boas recordações do canal. Mas o meu maior sonho é morar em outra casa, sim, sei que talvez eu morra aqui, mais enquanto eu estiver viva, eu vou sonhar na esperança disso acontecer, um dia quem sabe?

É unânime entre os moradores, que atualmente, a vida no canal é um pouco melhor, ou menos precária do que no período em que chegaram ao canal. Sr. Emanuel narrou como era difícil para fazer suas compras básicas e para sobreviver no início, porque além de morar em um lugar precário, ainda tinha que pagar aluguel e sua renda familiar era quase toda comprometida com outras despesas. Esse foi o motivo que o levou a se arriscar morar no canal.

Ao questionarmos acerca de como é viver no canal, a maioria dos entre entrevistados aponta a casa própria como algo fundamental, pois nas condições encontradas no ali, viver

nessa área não é pior que morar em outro bairro, pagando aluguel. Segundo o Sr. Fco. Emanuel:

Se eu tenho uma casa própria, pra mim tudo o que realmente importa, pois quem não tem uma casa, não tem nada na vida. Eu nunca participei de nenhum programa de governo, o que veio pra nós, aqui foi conversa pra boi dormir, quem for esperar essas casas, vai esperar a vida toda, e casa que é bom, até hoje nunca apareceu, num vou nem mentir!

As várias faces da pobreza que tira aquela forte impressão de que esta se refere apenas à falta de dinheiro, nos fez mudar tal conceito, pois o que observamos durante a pesquisa é que existem fatores que levam o indivíduo a condições precárias, desde os mais inusitados aos mais comuns. Ainda sobre a casa própria, percebemos que é um anseio muito grande para Jonas, que embora tenha a consciência de que as condições em que vive não são as melhores, relata que:

Morar no canal foi uma sorte, ter um canto pra morar, sem precisar ficar pra lá e pra cá, mesmo não sendo uma casa muito grande, e nem muito boa, nossa mãe! É bom demais! Com o tempo as coisas melhorarão, hoje é até bom morar no canal. Mas claro que meu sonho é sair daqui para uma casa melhor, aqui ainda tem o perigo da chuva forte, que carrega tudo que tem pela frente.

Dentro desse mesmo questionamento, Dona Margarida fala que para ela as dificuldades também foram cruéis, da importância da casa própria, e os motivos de sua vinda para o canal, que mesmo tendo sempre trabalhado duramente para o sustento da família, estava cada vez mais complicado manter o aluguel em dias, e que sempre tinha que diminuir na alimentação, e isso a preocupava muito, pois com a falta da alimentação poderiam ficar doentes e a situação ficaria pior para todos. Ao tratar de moradia, nos relata que:

O que já enfrentei durante todos esses anos, em comparação com hoje Ah, minha filha, a vida aqui já melhorou bastante. Só em não ter que pagar aluguel, já é motivo de alívio, ter uma casa para morar é uma benção divina. Na época que eu vim pro canal, não tinha emprego, hoje eu faço umas peças de costura para um homem que tem uma confecção e ganho uma pequena renda para manter o básico.

Dona Margarida disse que o marido, como é um senhor comprometido com algumas doenças, que segundo ela “é da velhice mesmo”, só consegue fazer um bico “aqui, acolá”, sem especificar quais os tipos de “bicos”. Acrescentou que, “se pudesse escolher em que casa morar, moraria numa casa grande forrada e cercada de alpendre, para os meus netos terem onde brincar e não precisar ir para rua”.

Questões que marcam a luta e a conquista dos direitos humanos são expressas em programas, serviços e ações que materializam a possibilidade de inclusão social, mas também,

como forma de fazer, construída na busca permanente pela participação e pelo diálogo entre os poderes constituídos democraticamente e a população (BOBBIO, 1999). Não muito diferente, é possível perceber que as conquistas dos direitos habitacionais se deram de forma muito participativa.

Diariamente, os moradores do canal se mobilizam, dentre suas atividades cotidianas a respeito de opções e alternativas de melhorias entre eles, bem como da população que mora na região como um todo. Fica nítido a busca por melhorias de cada indivíduo, seus sonhos e necessidades básicas que não carece de tanto sofrimento dada a simplicidade de sua vida e as obrigações dos órgãos competentes para com seus direitos garantidos por lei.

Em relação aos projetos sociais que “apareceram”, uma das nossas entrevistadas, Dona Margarida, disse ter efetuado um cadastro, mas que nunca houve uma concretização, “fica só na promessa minha filha”, embora mantenha a esperança de que vai ganhar sua casa pelo projeto de Área de Preservação Permanente (APP). Complementa sua fala dizendo que: “tudo isso partiu de iniciativa dos próprios moradores, nunca recebi nada do que me prometeram e as poucas vezes que ainda fui atrás, disseram que era só esperar, que o tinha de ser feito já foi, e até hoje nada”.

Diante dessas dificuldades, Jonas diz que morar no canal lhe proporcionou uma experiência desagradável, relatando-nos com tristeza a morte de jovens que tinham a sua idade, e que chegaram pequenos, como ele no canal:

Tenho as amizades que foram feitas durante o passar dos anos, muitas famílias boas, apesar da violência ter aumentado, não foi só no canal, foi em todo canto, que alguns jovens da minha época foram levados pelo crime (foram assassinados), mas outros são trabalhadores e direitos, de família pobre, porém honesta, como eu. Hoje eu lembro da minha mãe me prendendo em casa, de como ela falava que não vale a pena fazer nada errado, talvez por ver que a minha mãe sempre trabalhadeira e muito correta nas coisas dela, tenha me ensinado mais, que mesmo, o que ela falava todo dia, pra eu ter cuidado que o caminho que pobre tem pra seguir, estudar e trabalhar, eu nunca pegar nada alheio, essa é uma das minhas certezas.

Observando a faixa etária desses moradores, em suas falas e reivindicações e de como são seus respectivos sonhos e desejos, talvez, pelo fato de morarem no mesmo local e sentirem as mesmas necessidades básicas, diríamos que com um pouco de boa vontade por parte dos órgãos competentes, a vida dessas pessoas seria bem diferente, pelo fato da única coisa que todos falam por uma “boca só” é que se tivessem uma casa própria em um local menos precário para morar seria mais feliz.

Sabe-se ser um dever do Estado lhes garantir esse direito. Mas qual a forma de enfrentar as desgraças sofridas dessa população com medidas de solução instantânea no faz de

conta, sem a menor responsabilidade, e sem o interesse de se resolver definitivamente a situação, e passar a impressão de que tudo vai se resolver e que eles estão sendo assistidos pelos órgãos competentes?

É evidente que considerar as políticas sociais apenas como respostas institucionalizadas de controle, empobrece as dimensões complexas das diferentes formas e nuances de sua gestão. Faz-se necessário pensar a dimensão da disciplina não simplesmente na perspectiva de diferente como controlador de poder, mas enquanto espaço regulador dos conflitos sob a ótica da oferta delimitada dos bens e serviços que, segundo Irllys (1991, p. 37) trata-se nessa circunstância, “de fixar um lugar, um momento onde se definem as “regras do jogo”.

A seguir, trazemos o relato do diário de campo, elaborado em uma visita ao canal, do qual não imaginávamos ser necessário expor neste, mas que é relevante ressaltar o sentimento da pesquisadora, no período de inserção no campo. Citamos que este já foi relatado, mas nesse contexto, torna-se relevante.

Quando comecei a frequentar a comunidade no canal, nas primeiras visitas, demorei a acostumar com o cheiro forte de esgoto, talvez urina e fezes, eu nem sei direito, as crianças nuas e sujas sentadas no chão de piso batido de alguns barracos, do som alto que vinha de dentro de algumas casas, mas também, tinha as crianças fardadas, retornando da escola, de mãos dadas com sua mãe, ou na garupa de uma bicicleta, numa alegria que me deixava tão feliz de ver a capacidade dessas crianças em rir dentro de tanta pobreza. Como Deus é maravilhoso.

O que destacamos com tal desabafo é mostrar a crueldade da situação e analisar, que nós tínhamos a opção em sairmos e não retornarmos. Mas os moradores da área, não.

E assim, no tópico a seguir, abordaremos acerca dos projetos futuros dos moradores tendo em vista que “sonhar não custa nada”.

## **4.2. Os projetos de futuro dos moradores do canal**

Embasando-nos na fenomenologia de Schutz (2012), Velho (2003, p. 101), entende-se a noção de projeto como: “a conduta organizada para atingir finalidades específicas”, tornando-se uma antecipação da futura trajetória e biografia do sujeito.

Para traçar seu projeto, o sujeito se utiliza da dimensão da memória, de modo a considerar não somente a ação do presente, como também as significações impressas nos acontecimentos passados.

Para Velho (2003, p. 105), a memória é fragmentada de modo que:

O sentido que o indivíduo dá a si mesmo depende da organização de seus fragmentos ao longo de sua trajetória. Sendo o passado descontínuo, a memória que também constitui a construção de um projeto é uma construção posterior, a partir do significado que o sujeito confere aos acontecimentos.

Diante de toda a situação e realidade que Gilberto Velho entende como o campo de possibilidades nas entrevistas, questionamos quais os projetos de vida dos moradores, dentro das possibilidades “ofertadas” na região em que habitam, ou seja, o canal, levando-se em consideração que existem fatores não somente estruturais, mas relacionados a escolaridade e fatores econômicos, que não os ofertam um poder aquisitivo mais amplo para que seus projetos sejam realizados.

De acordo com Agner Heller (2000, p. 30), na vida cotidiana o homem atua na base da probabilidade, ou seja:

Nem tudo que ele pensa, deseja, e planeja para sua vida é possível tornar realidade, as possibilidades entre as suas atividades e as consequências delas. Nas palavras da autora, vemos: “Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a consequência possível de uma ação. Nem tampouco haveria tempo para fazê-lo na múltipla riqueza das atividades cotidianas”.

Dessa maneira, conforme explanaremos neste item, observamos que os moradores alimentam sonhos e projetos que não podem ser realizados devido às condições em que vivem atualmente. De acordo com o relato de Dona Lúcia, a mesma cita que: “Eu gostaria muito de um dia ter a minha casa grande, bem arejada e com um pouco mais de conforto, mas eu sei que isso é impossível, é apenas um sonho que tenho”.

Igual ao desejo de Dona Lúcia, o Sr. Manuel diz que:

Meu projeto de futuro é ir para o interior, ter uma casinha simples sossegada e viver os últimos dias de minha vida, em paz. Espera isso acontecer daqui a uns 10 anos pelo menos. Meu maior sonho é dormir um dia e sonhar com os números da mega sena, jogar esses números e ganhar um grande prêmio, já que não tenho o hábito de jogar, espero por um milagre.

Conceituar projeto de vida, num entrelaçado com o fenômeno da pobreza, com as abordagens históricas já existentes, e entender como é o cotidiano dos moradores que vivem às margens do canal de Antônio Bezerra na cidade de Fortaleza - Ce, é experimentar a igualdade de sintomas para quem vivencia essa realidade na pele.

Dona Margarida, expressar seu sonho como um projeto de futuro, que segundo relato da mesma:

Meu projeto de futuro para daqui a dez anos, e crescer mesmo com toda dificuldade, melhorar de vida, ter mais lazer coma família, ter uma velhice com mais condições

de me manter sem miséria e com dignidade e honestidade. Por trabalhar tanto espero colher esses frutos, nem que seja depois na velhice. Meu maior sonho é ter uma casa boa mesmo, toda no piso, bem grande e comprar um carrinho para ser levada para médicos quando adoecer, e também viajar para visitar parentes no interior. Quem disse que pobre não sonha? Ser pobre não me tira o direito de sonhar!

É oportuno citar as condicionantes de saúde, estabelecidas na Lei n° 8.080 de 1990 (texto alterado pela lei 12.864 de 2013), no qual o Art. 3° estabelece que:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (BRASIL, 1990)

Observamos que a própria entrevistada considera como necessário para sua saúde mental e bem estar, o fato de visitar os parentes como uma forma de lazer, mas a mesma não tem o conhecimento de que o lazer entra nos direitos básicos do indivíduo sendo este, garantido pela Constituição Federal Brasileira.

Não importando em que parte do mundo a miséria seja presente, é doloroso, seja por qual motivo for, para quem não esteja inserido neste contexto, não importa se é juízo de valor o julgamento feito por cada ser a partir de observações individuais e levando o peso de sua experiência vivida. Podendo deste modo causar preconceito e discriminação na pobreza relativa, cabendo ao indivíduo viver com um mínimo necessário para sua sobrevivência. Enquanto, que ao não ter condições financeiras para permanecer no local onde está inserido, ou ainda, que na pobreza absoluta que é quando o ser humano não tem condições financeiras para custear um alimento, sem o mínimo para sobreviver.

A comunidade pesquisada nesse estudo encontra-se em uma pobreza relativa, em que se somam ao quadro de exclusão social, sofrem preconceito de alguns demais moradores do bairro, pois têm um teto sobre suas cabeças. Mas como estes, estão inseridas às margens de um canal, sofrendo com enchentes e alagamentos, em que estão sujeitos a perder suas casas a qualquer momento. Acontecendo tal episódio, os mesmos estariam inseridos na pobreza absoluta, pois o pouco que ganham não daria para o seu próprio alimento.

Para Carlos Jonas, o mais jovem dos entrevistados, seu projeto de futuro para daqui a dez anos, é conseguir um emprego bom, ter uma casa grande e própria, voltar a estudar para se formar em biologia e, com o estudo ganhar um bom salário para poder ter uma vida melhor sem sacrifícios e a incerteza do amanhã. Segundo o seu relato:

É verdade que se pudesse escolher outra casa para morar, queria morar numa mansão, bem confortável, com carro para passear e trabalhar. Fui inscrito num programa social de desapropriação, onde receberia uma indenização para desocupar a casa onde moro, por ela está no limite considerado pela prefeitura para a construção de um viaduto, que ligaria o bairro Antônio Bezerra com outro bairro, assinei uma papelada e teve reuniões por cima de reuniões, mas até agora aguardo esse acontecimento há anos, mas até agora nada.

O que podemos observar é que no cotidiano destes personagens o sentido de compreender a antropologia e práticas etnográficas urbanas, observações de campo, entre famílias e hábitos diários, possui uma riqueza de indícios de que identificar não ser a pobreza um gerador da violência, e sim, a desigualdade de renda, de poder, de patrimônio, de acesso as coisas que a renda permite. (BORGES, 2012)

Os programas compensatórios praticados pelos Governos Estadual e Federal são paliativos e emergenciais, pois nunca resolveram o problema, estimulando a concentração de renda gerando cada vez mais a exclusão social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, pretendemos mostrar que assim como nós, que tivemos todas as certezas transformadas através do estudo, da condição de pesquisador, do interesse de conhecer a realidade e não nos acovardar nas bases sustentadas pelo senso comum de toda a trajetória de vida, e da nossa pesquisa junto aos moradores do canal do rio Maranguapinho, observamos as falhas do nosso governo e da nossa sociedade, bem como, a nossa falha enquanto pessoa e ser humano, para tirar essas pessoas da invisibilidade e transformá-las em problemas de fácil resolução apesar das múltiplas fases da pobreza e do descaso.

Com um pouco de boa vontade e de equidade nas distribuições de verba por parte dos órgãos competentes, as pessoas que vivem em estado de vulnerabilidade e exclusão, estão lá por algum motivo, mas o desejo de saírem dessa situação é grandioso. O desejo de que a situação em que vivem possa mudar, faz com que alimentem uma esperança de que em algum momento serão vistos e compensados.

Tendo em vista, as falhas de repasse de recursos destinadas a essas pessoas, para que possam ser remanejadas a lugares com melhores condições de vida em que a miséria não esteja tão evidente, ou não estejam nesse estágio de pobreza ou miséria total, é que acarreta aos mesmos a entrarem na criminalidade, pois os que detêm o poder do tráfico acabam por trazer para o crime esses indivíduos que diante das dificuldades que enfrentam e do histórico de desigualdade e vulnerabilidade social, acabam por ceder à situação.

É fato que a intenção em se acabar com o fenômeno da pobreza é um requisito dos quais o Governo trabalha através das políticas públicas no intuito de amenizar o estado de pobreza que assola não só os moradores citados, mas a população brasileira de um modo em

geral. No entanto, os interesses existentes por trás dessa política é o que barra a execução dos direitos adquiridos da população vulnerabilizada.

Através da pesquisa empírica, os dados coletados, mostram que todos os entrevistados, que ali habitam, vieram para o canal por falta de moradia, e continuam na mesma situação não só pela desigualdade, bem como, pela falta de equidade, pela má distribuição de renda e descumprimento do Governo com relação aos seus direitos básicos, conforme art. 6º da Constituição Federal Brasileira, que também inclui a moradia como dever do Estado.

Concluimos que, mesmo diante dos percalços apresentados pelos moradores, existe a esperança entre os mesmos, de que alguma melhora possa acontecer. Entender, que a escolha na maioria das vezes não condiz com a vontade do indivíduo, mas da necessidade em que este cotidianamente vive as mazelas da miséria, acreditando que as melhoras são possíveis, desde que haja uma compreensão e interesse maior da classe governante.

## REFERÊNCIAS

- BARREIRA, Irlas A. F. **Incômodos hóspedes?** Notas sobre a participação da igreja e partidos políticos nos movimentos sociais urbanos em Fortaleza. In: vários. **Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbana.** Recife: Libre-Gráfica e Editora, 1985.
- BOBBIO, Norberto, **Dicionário de política**, 7<sup>o</sup>ed. Brasília, DF. 1999
- BONDUKI, Nabil: **Origem da Habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** 1994.
- BRAGA, Elza F. **O PROMORAR e a política habitacional: o discurso e a prática.** Fortaleza: 1985.
- CARLEIAL, Adelita. LIMA, Claudia. **A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais.** 1991, Ed. Fundação Demócrito Rocha.
- COTRIM, Ana Paula. **O realismo nos escritos de Georg Lukács dos anos 30: a centralidade da ação.** 2009. Dissertação (Mestrado em filosofia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas , Universidade de São Paulo, São Paulo 2009.
- FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UECE, 2002, Apostila.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOLZ, Sheila. **Política de habitação social e o direito da moradia do Brasil.** Periódico: Barcelona, maio de 2008.
- KOVARICK, L. **As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. – As lutas sociais e a cidade: São Paulo – passado e presente.** 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEDOUX, Hilda Vargas – **Ocupação irregular de APP urbana: um estudo da percepção social acerca do conflito de interesses que se estabelecem na lagoa do prado raso, em feira de Santana.** 2008.
- MORICATO, Hermínia. **Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo.** 1998.
- PAES, José Machado. **Nas rotas do cotidiano.** In: Revista Critica de Ciências Sociais, n. 37. Junho de 1993. p. 105-115.
- PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócias espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências.** 2008.
- SACHS, Celine. **Políticas públicas e habitação popular.** São Paulo 1999.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, 2013.

VELHO, Gilberto. **Projetos e metamorfoses: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1. NOME?
2. IDADE?
3. ESTUDOU ATÉ QUE SERIE?
4. MORA COM QUEM?

#### A VIDA NO CANAL

1. CHEGOU NO CANAL QUANDO?
2. FALE UM POUCO DA SUA VIDA ANTES DE MORAR DO CANAL?
3. COMO FOI A SUA CHEGADA AO CANAL?
4. COMO É A VIDA AQUI NO CANAL?
5. ARA VOCÊ O QUE SEIGNIFICA TER UMA CASA?
6. SE VOCÊ PUDESSE ESCOLHER EM QUE TIPO DE CASA MORARIA?

#### ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

1. AQUI JÁ TEVE ALGUM PROGRAMA DO GOVERNO PARA TIRAR VOCÊS DAQUI
2. COMO FOI ESTE PROGRAMA?
3. COMO FOI ESTE PROGRAMA?
4. OS PROJETOS DE FUTURO?
5. COMO VOCÊ SE IMAGINA DAQUI HÁ 10 ANOS?
6. QUAL O SEU MAIOR SONHO?

**ANEXO****ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: O cotidiano das pessoas que vivem as margens do canal do bairro de Antônio Bezerra na cidade de Fortaleza-CE, desenvolvida por Maria Moreira Matos. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Ms Virzângela Sandy Paula Mendes, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) 9.99693517. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é Compreender como é o cotidiano das pessoas que vivem as margens do canal do Rio Maranguapinho. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do (a) participante:

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a):

\_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha:

\_\_\_\_\_